

Módulo 1

O QUE É LIBRAS?

Fundamentos para a Educação Inclusiva de Surdos

Adir Luiz Ferreira
Heloisa Lima Perales
João Tadeu Weck
José Edmilson Felipe da Silva
Margarete Vale de Sousa



Projeto Institucional

Edital nº 015/2010/CAPES/DED
Fomento ao uso de tecnologias de comunicação e informação nos cursos de graduação

Adir Luiz Ferreira
Heloisa Lima Perales
João Tadeu Weck
José Edmilson Felipe da Silva
Margarete Vale de Sousa

Módulo 1

O QUE É LIBRAS?

Fundamentos para a Educação Inclusiva de Surdos

Adir Luiz Ferreira
Helôisa Lima Perales
João Tadeu Weck
José Edmilson Felipe da Silva
Margarete Vale de Sousa

LIBRAS

Módulo 1

O QUE É LIBRAS?

Fundamentos para a Educação Inclusiva de Surdos



Natal – RN
Janeiro/2011

Governo Federal

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Reitor

José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Pró-Reitoria de Graduação

Virgínia Maria Dantas de Araújo

Comitê Gestor

Presidente

Virgínia Maria Dantas de Araújo

Coordenação geral

Apuena Vieira Gomes

Coordenadores

Apuena Vieira Gomes/SEDIS

Adir Luiz Ferreira/CE – DEPED

Gleydson de Azevedo Ferreira Lima/SINFO

Marcos Aurélio Felipe/SEDIS

Maria Carmozi de Souza Gomes/PROGRAD

Rex Antonio da Costa de Medeiros/ECT

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Eugênia Maria Dantas



Secretaria de Educação a Distância (SEDIS)

Coordenador de Produção

de Materiais Didáticos

Marcos Aurélio Felipe

Projeto Gráfico

Ivana Lima

Revisores de Estrutura e Linguagem

Eugenio Tavares Borges

Janio Gustavo Barbosa

Jeremias Alves de Araújo

José Correia Torres Neto

Kaline Sampaio de Araújo

Luciane Almeida Mascarenhas de Andrade

Thalyta Mabel Nobre Barbosa

Revisoras de Língua Portuguesa

Cristinara Ferreira dos Santos

Emanuelle Pereira de Lima Diniz

Janaina Tomaz Capistrano

Revisora das Normas da ABNT

Verônica Pinheiro da Silva

Revisora Técnica

Rosilene Alves de Paiva

Revisor Tipográfico

Joacy Guilherme de A. F. Filho

Ilustradores

Adaauto Harley

Carolina Costa de Oliveira

Dickson de Oliveira Tavares

Leonardo dos Santos Feitoza

Roberto Luiz Batista de Lima

Diagramadores

Ana Paula Resende

Carolina Aires Mayer

Davi Jose di Giacomo Koshiyama

Elizabeth da Silva Ferreira

Ivana Lima

José Antonio Bezerra Junior

Luciana Melo de Lacerda

Rafael Marques Garcia

Catalogação da publicação na fonte. Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva.

O que é Libras? Fundamentos para a educação inclusiva de surdos: módulo 1 / Adir Luís Ferreira et al... – Natal: EDUFRN, 2011.
54 p.: il.

Conteúdo: Aula 1 – O que é Libras? Aula 2 – Exclusão/inclusão: os surdos na escola comum. Aula 3 – Noções sobre a surdez.
Caderno nº 1 que compõe a disciplina a distância de Libras/UFRN.

ISBN 978-85-7273-766-1

1. Libras. 2. Inclusão. 3. Surdos. I. Ferreira, Adir Luís. II. Perales, Heloisa Lima. III. Weck, João Tadeu. IV. Silva, José Edmilson Felipe da. V. Sousa, Margarete Vale de.

CDU 615.51.4
L697I

Apresentação Institucional

A Secretaria de Educação a Distância – SEDIS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, desde 2005, vem atuando como fomentadora, no âmbito local, das Políticas Nacionais de Educação a Distância em parceria com a Secretaria de Educação a Distância – SEED, o Ministério da Educação – MEC e a Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES. Duas linhas de atuação têm caracterizado o esforço em EaD desta instituição: a primeira está voltada para a Formação Continuada de Professores do Ensino Básico, sendo implementados cursos de licenciatura e pós-graduação *lato e stricto sensu*; a segunda volta-se para a Formação de Gestores Públicos, através da oferta de bacharelados e especializações em Administração Pública e Administração Pública Municipal.

Para dar suporte à oferta dos cursos de EaD, a Sedis tem disponibilizado um conjunto de meios didáticos e pedagógicos, dentre os quais se destacam os materiais impressos que são elaborados por disciplinas, utilizando linguagem e projeto gráfico para atender às necessidades de um aluno que aprende a distância. O conteúdo é elaborado por profissionais qualificados e que têm experiência relevante na área, com o apoio de uma equipe multidisciplinar. O material impresso é a referência primária para o aluno, sendo indicadas outras mídias, como videoaulas, livros, textos, filmes, videoconferências, materiais digitais e interativos e webconferências, que possibilitam ampliar os conteúdos e a interação entre os sujeitos do processo de aprendizagem.

Assim, a UFRN através da SEDIS se integra o grupo de instituições que assumiram o desafio de contribuir com a formação desse “capital” humano e incorporou a EaD como modalidade capaz de superar as barreiras espaciais e políticas que tornaram cada vez mais seletivo o acesso à graduação e à pós-graduação no Brasil. No Rio Grande do Norte, a UFRN está presente em polos presenciais de apoio localizados nas mais diferentes regiões, ofertando cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização e mestrado, interiorizando e tornando o Ensino Superior uma realidade que contribui para diminuir as diferenças regionais e o conhecimento uma possibilidade concreta para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, este material que você recebe é resultado de um investimento intelectual e econômico assumido por diversas instituições que se comprometeram com a Educação e com a reversão da seletividade do espaço quanto ao acesso e ao consumo do saber E REFLETE O COMPROMISSO DA SEDIS/UFRN COM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA como modalidade estratégica para a melhoria dos indicadores educacionais no RN e no Brasil.

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
SEDIS/UFRN**

Apresentação

Caro aluno,

Neste caderno, daremos início aos conteúdos que fundamentam o ensino da Libras (Língua Brasileira de Sinais) para a formação de professores nos cursos de licenciatura. Não se trata de apenas aprender sobre o uso da Libras, mas igualmente de compreender o seu significado social, histórico e educativo para a inclusão dos alunos surdos na sala de aula comum do ensino regular. Essa temática é importante para identificarmos os fundamentos políticos, linguísticos e culturais que perpassam a educação inclusiva e, em especial, a educação dos surdos, considerando-a como um direito legítimo da pessoa e do cidadão.

Inicialmente, trataremos de como as pessoas surdas se comunicam de forma eficiente por meio de uma língua própria – a língua de sinais e – vamos descobrir que existe na comunidade de surdos uma cultura que crescentemente afirma sua identidade no mundo. Em seguida, refletiremos sobre alguns aspectos históricos relativos à educação de surdos no Brasil e ao uso da Libras; estudaremos noções básicas sobre a surdez e a deficiência auditiva, assim como o entendimento sociocultural da deficiência e sua relação com a capacidade de inserção e atuação do surdo em diferentes atividades da vida cotidiana. O conteúdo deste Caderno está dividido em três aulas – O que é Libras?; Exclusão/inclusão: os surdos na escola comum; Noções sobre a surdez –, para que você tenha a liberdade de fazer uma pausa sem perder a unidade de sentido.

É natural que as expectativas se concentrem nos conteúdos práticos e, de fato, eles serão bastante valorizados no curso. Contudo, não podemos prescindir das questões de ordem conceitual relativas à educação inclusiva e ao uso da Libras nas classes comuns do ensino regular com alunos surdos, pois elas nos orientam para uma prática docente ética e competente.

Chamamos a sua atenção para o uso das vídeo aulas associadas a este caderno. A leitura complementar é a nossa sugestão para que você possa avançar no conhecimento sobre Libras e educação de surdos a partir de alguns sites e filmes que complementam os temas abordados neste Caderno. As atividades propostas devem ser realizadas logo após o estudo do material e tomadas como referência para a autoavaliação. Lembramos que os tutores estarão à sua disposição, durante todo o curso, conforme agenda publicada no SIGAA, para eventuais esclarecimentos e apoio ao uso dos materiais. Esperamos que aproveite o máximo!

Sumário

Aula 1 – O que é Libras?	5
Apresentação	7
Objetivos	7
A comunicação gestual de pessoas surdas	9
Atividade	13
Cultura, comunidade e identidade surda	14
Resumo	16
Autoavaliação	16
Referências	17
Aula 2 – Exclusão/inclusão: os surdos na escola comum	19
Apresentação	21
Objetivos	21
Um olhar sobre a deficiência e a diversidade	23
Uma história de conquistas e desafios	24
Atividade	39
A educação de surdos no Brasil	30
Resumo	33
Autoavaliação	33
Referências	34
Aula 3 – Noções sobre a surdez	37
Apresentação	39
Objetivos	39
Compreendendo a surdez	41
Atividade	45
A relação entre deficiência e funcionalidade	45
Resumo	49
Autoavaliação	49
Referências	51
Anexo	53

O que é Libras?

Aula

1



Apresentação

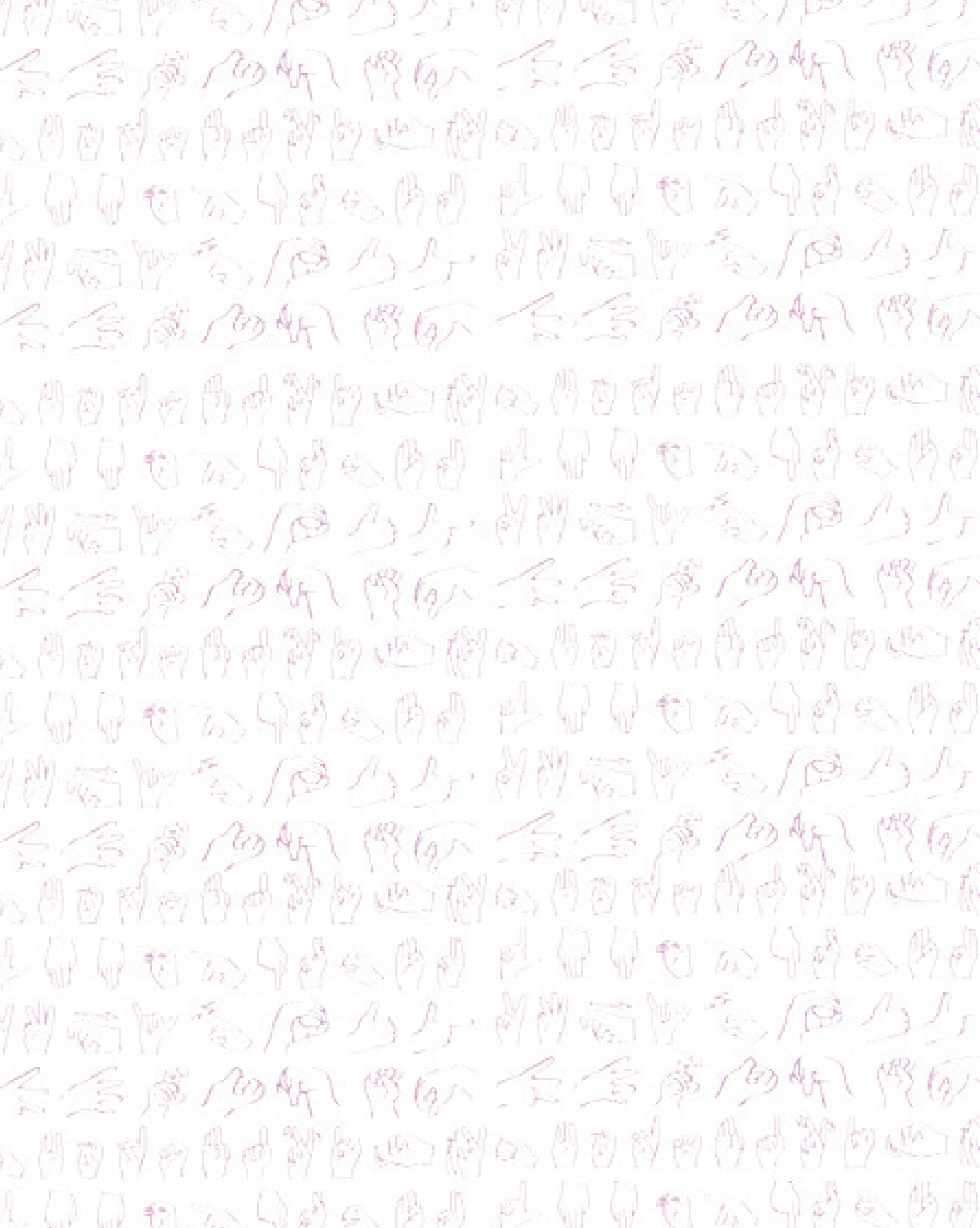
Em nossa primeira aula, veremos que nem sempre a comunicação entre surdos e ouvintes através das línguas conhecidas foi possível, pois as línguas orais-auditivas são difíceis de aprender para quem não ouve e, conseqüentemente, tem dificuldade para falar, mesmo que não haja problema com o aparelho fonador. Por isso, desde as suas origens, a elaboração e a divulgação de uma língua de sinais foi motivada pela necessidade de uma língua comum entre surdos-ouvintes e surdos-surdos. Todavia, é longo o embate histórico e político para o reconhecimento de que as pessoas com surdez são plenamente capazes de realizar as mesmas atividades que os ouvintes realizam, quando asseguradas as condições de comunicabilidade, especialmente com a substituição ou complementação dos meios e recursos sonoros por visuais. Também é resultado de muita discussão o reconhecimento de que a comunicação gestual de sinais dos surdos tem *status* de língua e não de linguagem, pois apresenta um sistema de signos, regido por uma gramática própria, que exprime ideias amplamente comunicáveis para seus usuários.

Assim, a língua de sinais é essencial para a comunicação dos surdos, pois é a partir desses sinais convencionados que eles organizam seus esquemas cognitivos para compreender ideias, formar conceitos, relacioná-los e expressá-los. Portanto, é necessário que as pessoas ouvintes, especialmente aquelas que se relacionam com surdos, aprendam a língua de sinais de seu país (no Brasil é a Libras) e entendam que eles possuem uma cultura específica que lhes confere uma identidade própria. Aprendam, ainda, a respeitá-los em suas necessidades especiais, não apenas por força da lei, não por compreender a deficiência como incapacidade ou doença que mereça piedade, mas por tratá-las como diferença ou diversidade inerente a todos os humanos.

Objetivos

- 1** Compreender a importância da língua de sinais para os surdos.
- 2** Reconhecer a existência de uma cultura surda que se traduz em um modo específico de ser, de ver e de comunicar o mundo.





A comunicação gestual de pessoas surdas

Desde os primórdios da humanidade, antes mesmo do surgimento das línguas, a comunicação vocal entre humanos acompanhou-se de gestos, expressões faciais e movimentos do corpo. Pesquisando as bases ancestrais da linguagem humana, estudos sobre a comunicação de grandes primatas (chimpanzés, bonobos, gorilas, orangotangos) já demonstraram que a riqueza das expressões corporais pode ser tão vasta quanto o repertório das vocalizações (POLLICK; DE WAAL, 2007). Ambos, gestos e sons, buscam exprimir atitudes, intenções, informações, estados físicos e emocionais, de forma clara ou sutil, aos outros membros da espécie. Então, como forma de comunicação simbólica, o gesto parece ter vindo antes da palavra e a linguagem do corpo pode ter surgido antes da comunicação oral ou escrita. Mesmo hoje, quando não conseguimos ou não sabemos falar uma língua estrangeira, usamos intuitivamente os gestos, isto é, alguma forma de comunicação por sinais.

A comunicação com gestos é inerente ao homem e a outros primatas. A linguagem com expressões corporais pode ser tão vasta quanto as formas de comunicação oral, como no caso dos chimpanzés, bonobos e gorilas.

Isso significa que a comunicação por sinais utilizada pelas pessoas surdas não é uma invenção de um grupo minoritário de deficientes, uma “prótese” simbólica para substituir a voz por causa da deficiência auditiva, mas está na própria origem da linguagem humana. O desenvolvimento das línguas de sinais, hoje consideradas como o modo natural e mais eficiente para a comunicação de surdos, está, antes de tudo, baseado na capacidade linguística primordial de todos os seres humanos. É lógico, portanto, que com essa capacidade os usuários das línguas de sinais podem dialogar sobre qualquer assunto de interesse humano: política, filosofia, literatura, esporte, ciência, humor, sexo, cotidiano, entre outros.

Assim, o processo civilizatório da humanidade se assenta no uso de diferentes línguas e linguagens que tornam possível a comunicação entre pessoas. Para tanto, os homens de um mesmo grupo social compartilham e utilizam um sistema abstrato de signos linguísticos que estruturam uma língua. Esses signos são a combinação entre os significantes (sinais, palavras ou outro tipo de código) e seus respectivos significados ou conceitos. A língua é, portanto, uma tecnologia de comunicação fundamental, porque permite aos usuários, que dominam o seu sistema, interações linguísticas sofisticadas, no sentido material, simbólico, subjetivo e social. E as línguas de sinais, como qualquer outra língua, também apresentam todos esses sentidos.

As pessoas surdas aprendem a se comunicar por gestos e por sinais conven-
cionados e organizados de acordo com uma gramática específica, sendo por
isso chamada de língua de sinais.

As línguas de sinais, nas sociedades ocidentais contemporâneas, têm suas origens no século XVI, na Europa. Elas são construções históricas e culturais, desenvolvidas por diferentes países, cada uma com sua gramática particular. No Brasil, adota-se a Língua Brasileira de Sinais (Libras); na França, a Langue de Signaux Française (LSF); na Espanha, a Lengua de Signos Española (LSE); em Portugal, a Língua Gestual Portuguesa (LGP); no México, a Lengua de Senhas Mexicana (LSM); nos Estados Unidos e Canadá, a American Sign Language (ASL); na Alemanha, a Deutsche Gebärdensprache (DGS), e assim por diante. Nenhuma dessas línguas é considerada a língua oficial da nação, mas são reconhecidas como língua adotada pela comunidade surda desses países. Porém, mesmo com estruturas gramaticais próprias, relacionam-se com os idiomas utilizados e as culturas existentes nessas sociedades.



Saiba mais

Em cada país, existe uma língua de sinais reconhecida, no Brasil foi adotada a denominação de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Como em qualquer língua viva, nas línguas de sinais existem variações regionais e locais, estilos pessoais, uso em contexto, norma padrão, gírias e constante invenção e transformação de sinais. O que é denominado de palavra nas línguas orais-auditivas é chamado de sinal nas línguas de modalidade gestual-visual ou visual-espacial. Citamos algumas características da Libras que a diferenciam da Língua Portuguesa: não existe conjugação verbal nem concordância de gênero, ou seja, os verbos são apresentados no infinitivo e para o gênero é acrescentado o sinal correspondente a “mulher” ou “homem”. Todavia, não se deve pensar que as línguas de sinais sejam a transposição direta das línguas de modalidade oral-auditiva, simplesmente expressando através de gestos os significados (fonético, gráfico ou simbólico) das palavras da língua falada.

Além da língua de sinais, existe o alfabeto manual, que é o conjunto de sinais representado por uma posição de mão e dedos, correspondente a cada uma das letras do alfabeto escrito. Ele não é uma língua de sinais em si, mas um recurso de soletração que só faz sentido para os surdos ou ouvintes alfabetizados. O alfabeto manual é especialmente utilizado para soletrar nomes próprios e outras palavras cujos sinais ainda não existam ou que sejam desconhecidos pelo sinalizador.

A soletração com o alfabeto manual é como a escrita à mão de uma pessoa, ou seja, a execução do sinal é como uma caligrafia que sofre algumas variações de pessoa para pessoa. Em ambos os casos a clareza é fundamental para a compreensão e a sinalização do alfabeto

manual requer fluência, isto é, a competência prática para executar os sinais com ritmo e rapidez, sem preocupação excessiva com a execução precisa de cada letra; do contrário o sentido fica prejudicado para quem os interpreta. Alcançar essa competência leva algum tempo, pois requer treinamento e prática regulares. Mas atenção: não soletre palavras ou frases inteiras se você não conhece o sinal correspondente. Fazer isso seria como estar pronunciando as palavras letra por letra; fica estranho e difícil de entender. É como dizer: C-O-M-O-V-O-C-Ê-S-E-C-H-A- M-A?

Em geral, a soletração é usada para informações específicas como:

- nome pessoal;
- nomes de lugares (cidade, estado, lojas);
- títulos de livros e filmes;
- comidas e pratos;
- definição do entendimento de um sinal;
- termos técnicos.

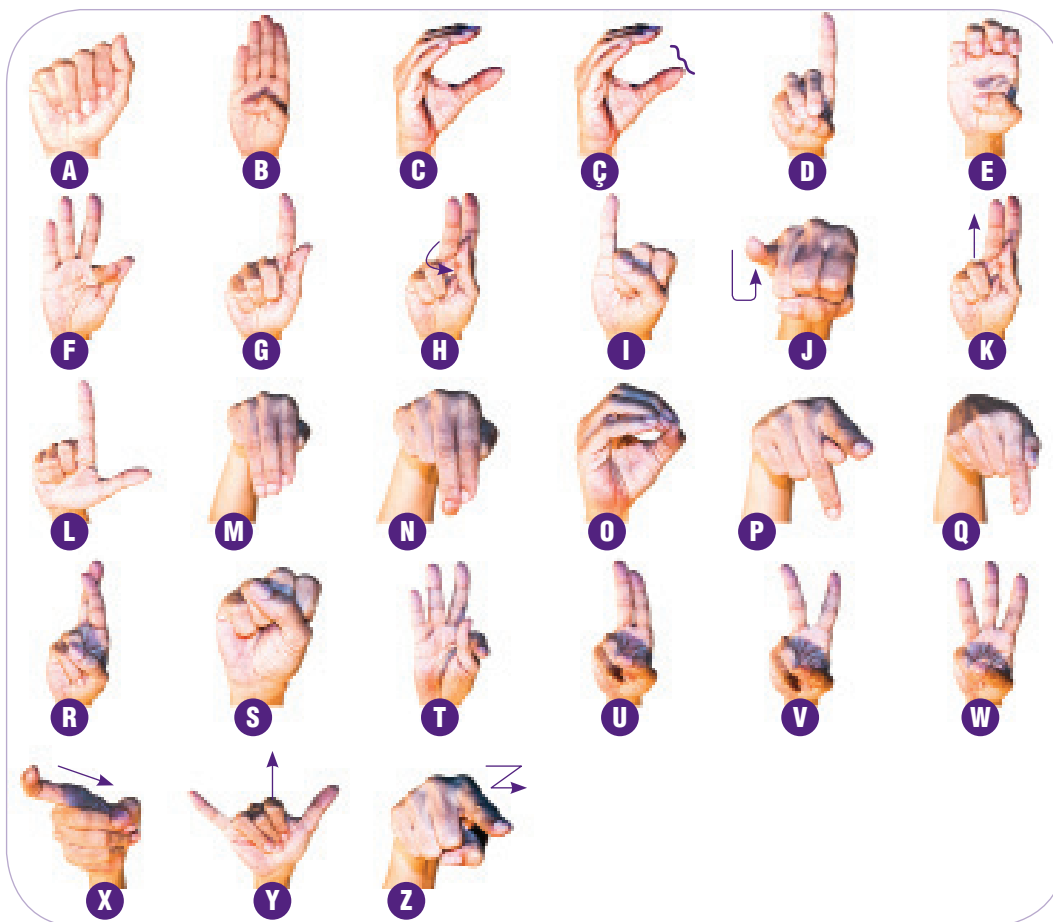


Figura 1 –Alfabeto Manual

Para um estudante que está iniciando na língua de sinais, aprender como soletrar o seu próprio nome é muito importante. Lembre-se de utilizar, junto com a soletração, os sinais de Libras para as perguntas (“Qual seu nome?”; “Qual o nome dele(a)?”) e respostas (“Meu nome é...”; “O nome dele(a) é...”). Veja como fazer essas perguntas e respostas na videoaula nº. 1 (O que é Libras?).



Figura 2 – Língua de sinais – língua oral-auditiva

Para indicarmos nosso nome pela primeira vez a um surdo alfabetizado, utilizamos o alfabeto manual, sinalizando letra por letra. Logo após, apresentamos nosso sinal, que é uma simplificação, para facilitar a comunicação. Esse sinal pessoal geralmente é composto pela gestualização da primeira letra do nosso nome seguida de outro gesto que faça referência a um atributo (por exemplo, tipo de cabelo, altura, local de nascimento) que nos seja particular.



Saiba mais

Linguagem é a utilização de meios e recursos variados, dentre eles as línguas e outras formas de expressão, que viabilizam a comunicação entre os indivíduos.

Língua é um sistema convencional, composto por um conjunto de signos (códigos com significantes e significados) e uma gramática própria.

Curiosidade

Os surdos e outros usuários que empregam a Libras, assim como os usuários de outras línguas de sinais, são denominados de sinalizadores.



Atividade

- 1 Assista à videoaula nº 1 (O que é Libras?).
- 2 Utilizando o alfabeto manual, gestualize seu nome.
- 3 Crie o sinal para o seu nome, conforme as instruções e exemplos oferecidos na videoaula nº1 (O que é Libras?).
- 4 Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira:

- | | | |
|--------------|-----|--|
| (1) Adriano | () | |
| (2) Carmem | () | |
| (3) Fernando | () | |
| (4) Gustavo | () | |
| (5) Jeferson | () | |
| (6) Kalina | () | |
| (7) Paloma | () | |
| (8) Sabrina | () | |
| (9) Tereza | () | |
| (10) Wesley | () | |

Cultura, comunidade e identidade surda

Diferente da concepção negativa que o senso comum atribui à surdez, a noção de cultura busca compreender positivamente os surdos na sua dimensão antropológica, histórica, psicológica e social. A dimensão cultural, associada à vida social e subjetiva das pessoas surdas, destaca as capacidades individuais e coletivas que elas compartilham com todos os seres humanos. Ao contrário, as visões discriminatórias representam as pessoas surdas como meros deficientes físicos que apresentam uma incapacidade auditiva evidente, destacando, dessa forma, o surdo como diferente de uma pessoa “normal”.

Há várias definições para a palavra “cultura”, contudo, a noção de cultura em sua origem remete ao cultivo do campo pelos homens, às técnicas e sentidos para o cuidado com a terra, derivando dessa história social a ideia de comunidade e a identificação ao território e seus habitantes, nos seus produtos materiais e simbólicos. Ora, um dos produtos mais notáveis da cultura humana foi as diferentes línguas que surgiram desse convívio para a garantia e desenvolvimento da vida, baseadas na comunicação social, na organização política, na troca de experiências tecnológicas, na elaboração filosófica e científica, nas narrativas poéticas, nos relatos cotidianos, entre outros.

Nesse sentido, considerando que a surdez distingue sensorialmente um grupo particular de humanos, criando um modo específico e compartilhado de ser, de ver e de comunicar o mundo, podemos dizer, então, que a cultura surda preenche todos os critérios aqui definidos: comunidade (indivíduos), identificação (sensorial), território (organizações e locais) e uma língua própria (língua de sinais). A denominação cultura e comunidade surda é largamente difundida na bibliografia e produção técnica sobre a questão da surdez, porém, alguns autores defendem o uso da noção de “povo surdo” (STROBEL, 2009), ao invés de comunidade surda, considerando a primeira como o coletivo exclusivo das pessoas surdas e a segunda como o conjunto de surdos e ouvintes (familiares, amigos, estudiosos, interessados) envolvidos com a surdez. É claro que esses diferentes posicionamentos estão envolvidos na adoção de um sentido político. De um lado, destaca-se a luta de associações de surdos pelo reconhecimento de uma cultura particular e por direitos específicos. De outro lado, buscam-se formas ampliadas de inclusão e de participação na cultura social geral (local, regional, nacional, internacional).

Ao contrário das visões discriminatórias sobre os surdos, a noção de cultura atribuída à surdez é compreendida em sua dimensão antropológica, histórica, psicológica e social. A noção de cultura surda preenche os critérios conceituais de: comunidade (indivíduos), identificação (sensorial), território (organizações e locais) e língua própria (língua de sinais).

De fato, para os surdos, o aprendizado da Língua Portuguesa (oral-auditiva) não é o caminho natural, sendo a Língua Brasileira de Sinais (visual-espacial) a mais adequada para o desenvolvimento cognitivo inicial. Todavia, pela convivência histórica e cotidiana com uma cultura de ouvintes, a aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua é fator imprescindível para a inclusão das pessoas surdas na sociedade brasileira. Assim, a proposta de ensino bilíngue para surdos, na qual a Libras é reconhecida como a língua natural e como pressuposto para o ensino do Português, “atravessa a fronteira linguística e inclui o desenvolvimento da pessoa surda dentro da escola e fora dela em uma perspectiva socioantropológica” (SILVA, 2008, p. 50).

O ensino bilíngue, tendo a Libras como a língua natural e o Português como segunda língua, é visto como imprescindível para a inclusão democrática das pessoas surdas na sociedade brasileira.

O reconhecimento legítimo de particularidades não pode estar dissociado da participação democrática, para que não aconteça o isolamento cultural e este acabe fortalecendo estereótipos ou criando novas discriminações. Para os fins da ação inclusiva na escola comum e da prática pedagógica de professores ouvintes, preferimos a denominação genérica de pessoas surdas ou alunos surdos.



Figura 3—Língua de sinais e cultura surda



Resumo

Nesta aula, vimos que as línguas de sinais surgiram da necessidade de uma língua comum entre surdos-ouvintes e surdos-surdos, sendo o modo natural de comunicação para quem é privado da audição. Aliás, a comunicação por gestos entre primatas sugere que essa capacidade ancestral está na origem da linguagem humana. As línguas de sinais são construções históricas de diferentes países, cada uma com sua gramática particular. No Brasil, a denominação é Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Libras compreende variações regionais e locais, estilos pessoais, gírias e invenção de sinais. Há também o alfabeto manual, com posições de mãos e dedos para as letras do alfabeto escrito. Considerar, pela convivência com a cultura de ouvintes, o português como segunda língua é fator imprescindível para a inclusão dos surdos.

Autoavaliação

1

Por que é importante utilizar a língua de sinais na comunicação com pessoas surdas?

2

Leia o trecho abaixo, que apresenta o relato de um surdo e, em seguida, escreva sua impressão acerca da vida de uma pessoa surda no mundo ouvinte.

RELATO DE UM SURDO

Rimar Carvalho Segala

Alguns pensam que sou louco, afinal até mesmo filósofos famosos na história pensaram assim também de pessoas como eu. Certa vez, Platão e Aristóteles, observando um surdo, chegaram a seguinte conclusão: “Não sabe falar, não sabe ouvir; és louco!”. Triste conclusão estes tão sábios filósofos chegaram! Se tão somente Platão tivesse lembrado de suas palavras: “Tudo que sei, é que nada sei”, talvez sua conclusão fosse diferente. Realmente, estes cultos filósofos nada sabiam sobre aquele surdo. Talvez se tivesse “escutado” aquele surdo, digo, prestado atenção, estudado, compreendido, esta frase não partiria deles na história. Talvez os conceitos existentes sobre os surdos fossem bem diferentes. Que pena!

O surdo como qualquer outro deficiente possui uma compreensão natural, o que os seus ouvidos não podem ouvir, os seus olhos ouvem. Ele é um estrangeiro brasileiro no Brasil. Tem que aprender a língua dos ouvintes e isto não é fácil.

Fonte: Kojima e Segala, 200-?, p. 9

Referências

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2011.

_____. Diversidade, deficiência e educação. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n. 12, p. 3-12, jul./dez. 1999.

KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli Ramalho. **Libras** – Língua Brasileira de Sinais – A imagem do pensamento. São Paulo: Ed. Livros Escala, [200-?].

POLLICK, Amy S.; DE WAAL, Frans B. M. Ape gestures and language evolution. **PNAS**, v. 104, n. 19, 8 may 2007.

SILVA, Angela Carrancho; NEMBRI, Armando Guimarães. **Ouvindo o silêncio**: educação, linguagem e surdez. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: ed. da UFSC, 2009.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

Anotações

Exclusão/inclusão: os surdos na escola comum

Aula

2



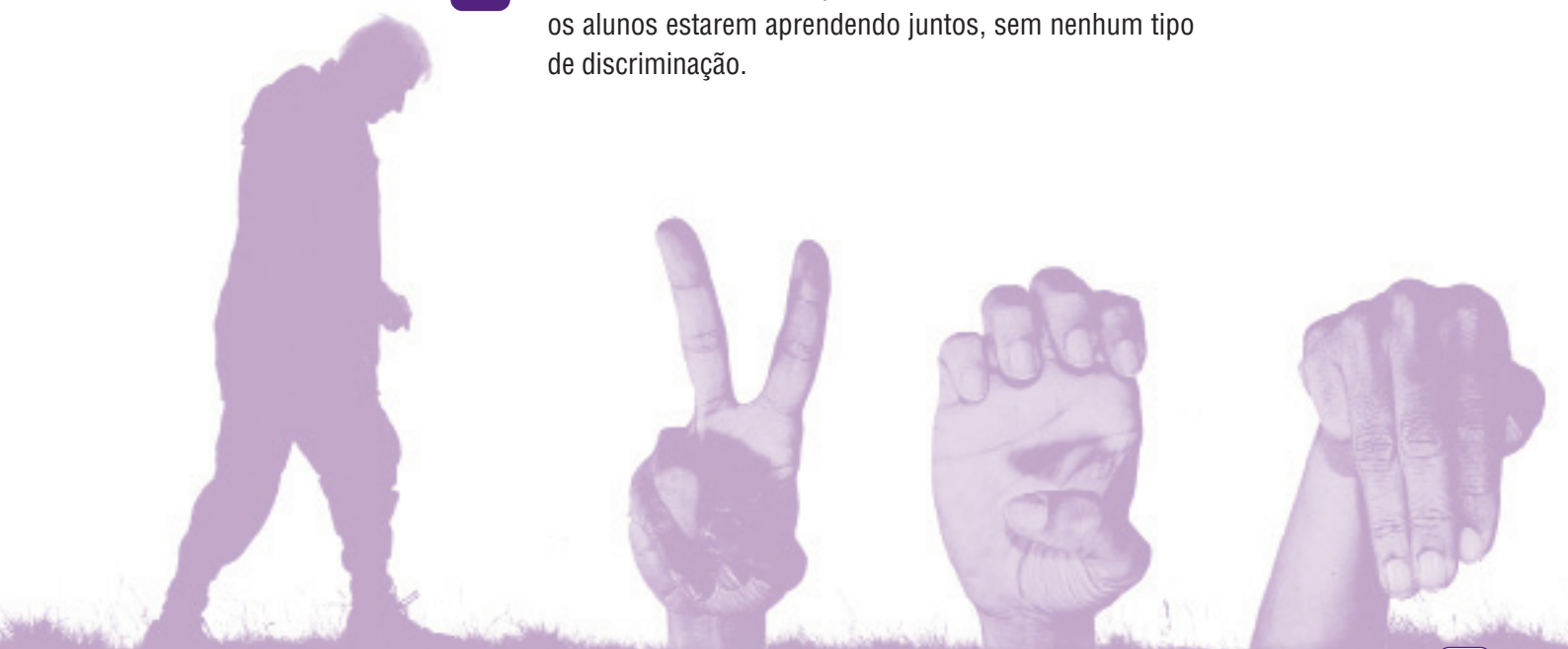
Apresentação

Nesta aula, vamos abordar a educação de surdos nas classes comuns do ensino regular, o que nos remete à necessidade de utilizarmos a Libras no contexto da sala de aula, ainda que de maneira básica. Nesse sentido, discutiremos alguns aspectos históricos e legais que garantem aos alunos surdos o direito de estudarem na escola comum, isto é, em escolas que não organizam classes especiais. Significa, pois, reconhecê-los como pessoas plenamente capazes de aprender os conteúdos curriculares das diferentes áreas de conhecimento.

Compreendemos que a educação especial na perspectiva inclusiva representa um avanço na história da educação dos surdos porque reconhece tanto a necessidade de uso da Libras na sala de aula como a necessidade de os surdos estudarem em classes comuns do ensino regular. Consideramos que tal postura favorece a participação social e política dos surdos, em detrimento do isolamento cultural ao qual estariam submetidos em classes especiais, porque estas evidenciam e reforçam para a sociedade em geral a diferença (surdez e incapacidade) e não a igualdade homem e diversidade).

Objetivos

- 1** Conhecer os marcos históricos da educação de surdos.
- 2** Considerar a inclusão de alunos surdos nas classes comuns como um direito assegurado por lei.
- 3** Identificar os fundamentos políticos, sociais, culturais, humanos e filosóficos que defendem o direito de todos os alunos estarem aprendendo juntos, sem nenhum tipo de discriminação.





Um olhar sobre a deficiência e a diversidade

Os estudos sobre os direitos das pessoas com deficiência não estão dissociados dos fatos históricos. Desde a Antiguidade, a falta de entendimento sobre as diferenças entre os seres humanos fez com que a deficiência fosse alvo de preconceito (MIRANDA, 2008). Em torno dessas pessoas se criavam marcas – estigmas – que as rotulavam, discriminavam, excluíam e, em alguns casos, as condenavam à morte. Expressões como anormais, retardados, dementes, aleijados e outras evidenciam a deficiência ou a doença em detrimento da pessoa: um sujeito de direitos, capaz de aprender e de participar das mais diferentes atividades da vida social e cotidiana.

A forma como a sociedade encara as pessoas com deficiência varia em cada época e local, estando essa visão condicionada por fatores culturais, políticos, econômicos e filosóficos, dentre outros.

A exclusão das pessoas com deficiência significa impedi-las, em maior ou menor grau, de exercerem algum ou vários dos direitos sociais que lhes outorgam *status* de cidadão. Contrariamente, o movimento mundial contemporâneo pela inclusão das pessoas com deficiência se fundamenta na concepção de direitos humanos, constituindo-se como uma ação política, cultural, social e pedagógica. Reconhece, assim, a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, no sentido como afirma Boaventura de Souza Santos: “Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SOUZA apud SEESP, 2007, p.25).

Portanto, a educação inclusiva é antes de tudo uma postura que reconhece e valoriza em cada aluno suas potencialidades e sua condição humana. Trata-se de um princípio filosófico que agrega valores humanísticos e democráticos, através dos quais se busca assegurar, indistintamente, a todos os indivíduos o direito de aprender na escola, com vistas ao crescimento, à satisfação pessoal e à inserção social.

Uma história de conquistas e desafios

No curso da história da humanidade, as pessoas com deficiência sofreram com a exclusão social, foram vítimas de tratamentos desumanos e até de extermínio. Na Antiguidade (4000 a.C. – 476 d.C.), por exemplo, alguns povos abandonavam ou eliminavam as pessoas “deformadas” por considerá-las um estorvo social. Os hebreus acreditavam que a deficiência era uma punição de Deus. Em Roma, os patriarcas eram autorizados a matar seus filhos deficientes e, em Esparta, os pais os lançavam do alto do Taigeto, que era um abismo de mais de 2.400 metros de altura.

Em cada época e sociedade, a estrutura econômica, política e cultural influencia na forma como as pessoas e as instituições encaram os deficientes. O contexto da Idade Média (476 a 1453) foi fortemente marcado pela influência religiosa cristã e pela ignorância da maior parte da população. Logo, as pessoas com deficiência eram vítimas de superstições, consideradas possuídas por demônios ou com poderes especiais de bruxos e feiticeiros. A literatura da época revela que anões e corcundas eram ridicularizados e usados para diversão da nobreza.

Curiosidade

Você sabia que até a Idade Média a Igreja Católica acreditava que os surdos não podiam salvar sua alma porque não conseguiam proferir os sacramentos?

A partir do século XVI surgem diferentes instituições que passam a cuidar das pessoas com deficiência. Contudo, tratava-se de uma situação de segregação e isolamento social, alegando-se que seria melhor para elas ficarem distantes, vivendo em um ambiente mais tranquilo. Na verdade, era uma forma de livrar-se desses “inconvenientes”. Persistia uma visão patológica do indivíduo que apresentava deficiência, o que trazia como consequência o menosprezo da sociedade.



Saiba mais

A partir do século XVI, registra-se uma preocupação em relação ao cuidado e educação das pessoas com deficiência em instituições especiais, embora ainda houvesse muito preconceito e exclusão social.

Por outro lado, é nesse período que se tem registro do trabalho do monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1509 -1584), que iniciou a educação de doze crianças surdas, de famílias aristocráticas, no mosteiro de San Salvador em Oña (Espanha). Ele criou um alfabeto bimanual com o objetivo de ensiná-las a ler e escrever e, com isso, obteve grande prestígio entre seus contemporâneos. Mais tarde, o padre espanhol Juan Pablo Bonet (1573 -1633), no ano de 1620, publicou o primeiro livro ilustrado com alfabeto manual, dedicado à educação de surdos, sob o título *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos* (Redução das letras e arte de ensinar a falar aos mudos). Assim, como Ponce de Leon, Pablo Bonet dedicou-se à educação oral e manual dos surdos na Espanha.



Figura 1—Gravuras do livro *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos* (Bonet, 1620)

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Juan_Pablo_Bonet>. Acesso em: 17 fev. 2011.

No século XVIII, a educação em institutos especializados para atendimento de surdos e de cegos se torna mais evidente. Em 1760, Charles-Michel de l'Épée criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris – atualmente Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris – que se tornou referência mundial. Também em Paris, no ano de 1784, Valentin Haüy inaugura o Instituto Real de Jovens Cegos, hoje Instituto Nacional para Jovens Cegos, cuja finalidade é instruir crianças cegas e adaptá-las ao convívio social.

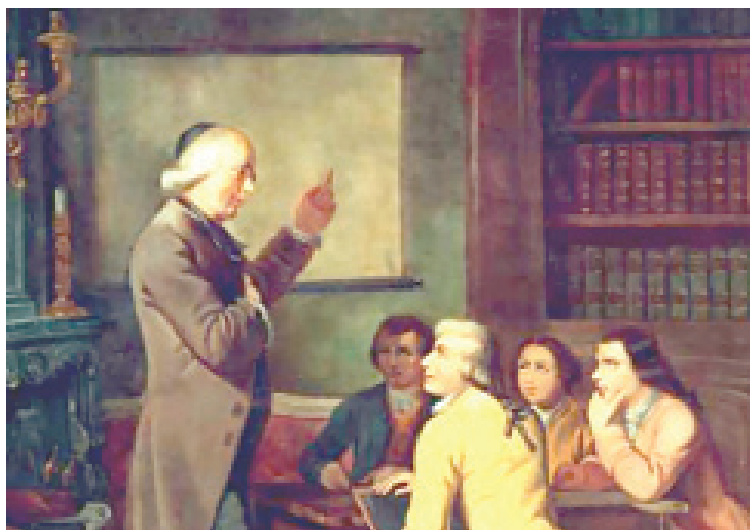


Figura 2—Charles-Michel de l'Épée instruindo alunos no Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris

Fonte: <<http://www.visuf.org/lectHistEpee.php>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

Passando do extermínio para a separação e proteção, até chegar a um período no qual se buscou a emancipação, a integração e mais atualmente a inclusão, se pontuam os avanços na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Hoje, amparadas por lei, elas contam com uma abordagem mais humana, especialmente, nos campos da educação e saúde. Desse modo, é longa a história de desafios e conquistas na luta pela inclusão da pessoa com deficiência, isso porque coexistem diferentes perspectivas sobre o assunto.

Mesmo nos séculos XVIII e XIX, a despeito da influência iluminista que muito contribuiu para evidenciar a capacidade e o talento de pessoas com deficiência, especialmente cegas e surdas, elas não eram tratadas com igualdade de direitos. Somente no século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos se iniciam os movimentos sociais em defesa das minorias e das pessoas com deficiência, baseados em vários de seus artigos, principalmente o Art. II:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

No século XX, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), inicia-se um processo mais sistemático de reconhecimento legal dos direitos da pessoa com deficiência.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um primeiro passo que apontou para a necessidade de se reconhecer o direito das pessoas com deficiência, mas carecia de especificidade. Por isso, a ONU adotou em 1994 a Declaração de Salamanca, que delibera sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, com o objetivo de orientar procedimentos para a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência. No Brasil, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007) apontam e orientam suas ações com base noutros documentos legais como, por exemplo:

- Constituição Federal (BRASIL, 1988);
- Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas e disciplinando a atuação do Ministério Público;
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Declaração de Jomtien, UNESCO, 1990);
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96);
- Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Convenção da Guatemala, Decreto nº 3.956/2001);
- Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescentando dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.
- Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.



Saiba mais

A luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas surdas tem ganhado amparo legal nas últimas décadas, porém, é importante observar que as leis apresentam uma hierarquia, na qual as de menor grau devem obedecer às de maior grau. No direito brasileiro adota-se a seguinte hierarquia: Constituição Federal; Emenda Constitucional; Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos; Tratados Internacionais dos quais o Brasil seja signatário; Lei complementar; Lei ordinária; Medida provisória; Resolução; Decreto e Portaria.

Curiosidade

Helen Keller (Alabama, 1880 – Connecticut, 1968) foi uma célebre escritora e filósofa que ficou cega e surda aos 18 meses de idade. Sua biografia foi registrada no filme *The Miracle Worker*, em 1962, dirigido por Arthur Penn. Algumas de suas ideias:

“Nunca se deve engatinhar quando o impulso é voar.”

“Evitar o perigo não é, em longo prazo, tão seguro quanto se expor ao perigo. A vida é uma aventura ousada ou, então, não é nada.”

“As melhores e mais belas coisas do mundo não podem ser vistas nem tocadas, mas o coração as sente.”

Apesar dos muitos avanços e conquistas, e da vasta legislação em defesa da total inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, ainda há grupos resistentes que pensam de maneira diversa. Esses grupos defendem as escolas especiais sob o argumento de que nelas haveria maiores condições de atendimento educacional condizente com as necessidades, por exemplo, dos alunos surdos. Caberia, segundo eles, aos alunos e seus responsáveis optarem por um ou outro tipo de escola.

Todavia, o fundamento que nega essa posição considera que havendo separação dos alunos com deficiência em escolas de educação especial estaremos, de fato, excluindo-os porque negamos a pluralidade e a diversidade que existe no meio social, que é independente de nossa vontade pessoal. Separá-los na intenção de melhor prepará-los seria um equívoco. Por isso, a perspectiva oficial adotada pelo Ministério da Educação é de que a Educação Especial se constitua como Atendimento Educacional Especializado, de maneira adicional e não substitutiva à escola comum (SEESP, 2007).



Saiba mais

A política de educação especial adotada atualmente no Brasil considera a inclusão do aluno com deficiência, incluindo os surdos, em classes comuns do ensino regular como melhor alternativa de aprendizagem e participação social democrática. A educação especial acontece por meio de atendimento educacional especializado, de maneira complementar à escola comum.

A discussão sobre o ordenamento legal da educação especial para surdos no Brasil será objeto de estudo em outro caderno deste curso. Nosso interesse no momento é esclarecer que a inclusão de alunos surdos nas classes comuns do ensino regular se constitui numa obrigação estendida para qualquer escola, independente de quaisquer alegações que se possa apresentar sobre a falta de condições para recebê-los.



Atividade

- 1 Pesquise sobre as formas como as pessoas com deficiência já foram discriminadas ou eliminadas, ainda nos séculos XIX e XX.
- 2 Leia e escreva um comentário sobre os dois fragmentos de entrevistas com alunos surdos.

Era muito difícil de acompanhar as aulas, as explicações do professor, todas em língua oral não tinham sentido e quando eles utilizavam a escrita para nos fazer entender ficava pior, pois não conhecíamos o significado das palavras. A fala era sem sentido e a escrita mais ainda. Eu tentava clarear um pouco mais as idéias perguntando aos amigos, porque o professor quando entra na sala tem um horário de 55 minutos para cumprir o conteúdo e não tem tempo a perder dando explicações para os surdos. (Orcenir)

A palavra correta não é inclusão, e sim uma forçada adaptação com a situação do dia-a-dia dentro da sala de aula e na maior parte de tempo eu me sinto excluída pois não capto 100% a leitura labial dos professores que tem diversos tipos de articulações, tais como lábios finos, grossos, tortos, como espesso bigode, ou falam rapidamente de boca fechada ou muito aberta, sem expressão facial, etc. além disto, os meus olhos cansam de ler os movimentos dos lábios e uns 10 minutos depois já nem tenho ânimo de prestar atenção. (Karin)

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial (SEESP).
Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para
o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2006. p. 103-106

- 3 Reflita e escreva sua compreensão acerca do seguinte enunciado: “A comunicação é parte fundamental no processo de socialização e desenvolvimento humano. A surdez se torna um problema quando o código das mensagens é baseado apenas no som”.

A educação de surdos no Brasil

Como já vimos, durante a maior parte da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram vítimas da exclusão, pois a ênfase era na sua incapacidade ou anormalidade. No Brasil não foi diferente, a educação era privilégio de poucos, isto é, tanto as classes populares como os negros escravos e as pessoas com deficiência não chegavam à escola. Entretanto, sob a influência de instituições especializadas que surgiam na Europa, como os já citados Instituto Nacional de Surdos-Mudos e o Instituto Real de Jovens Cegos, temos na então capital Brasileira, Rio de Janeiro, a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e dois anos depois, em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).



Figura 3—Instituto Nacional de Educação de Surdos, bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro

Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1034271>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi a primeira escola especial para surdos no Brasil, criada por D. Pedro II, por meio da Lei no. 839, de 26 de setembro de 1857. Teve como primeiro diretor o professor francês Erenest Huet, que era surdo. O currículo que Huet desenvolveu era constituído por língua portuguesa, aritmética, linguagem articulada e leitura labial. O instituto funcionava em regime de internato, atendendo exclusivamente surdos do sexo masculino. Somente em 1931 passou a atender alunas surdas, em regime de externato, com oficinas de costura e bordado, consolidando seu caráter profissionalizante. Em 1951, o INES criou seu primeiro curso normal para professores na área de surdez e, no início da década de 1980, um curso de especialização para professores, também na área da surdez. A partir de 1993, com a mudança de seu Regimento Interno e através de ato ministerial, o INES passa a ser um centro nacional de referência e, com esta nova atribuição, realiza ações que subsidiam todo o país. Ao longo de sua existência, o INES já utilizou diferentes abordagens na educação de surdos, chegando a proibir, no período de 1957 até aproximadamente 1980, o uso da língua gestual, adotando, assim, uma posição oralista.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi a primeira instituição especializada para a educação de surdos no Brasil, sendo atualmente um centro nacional de referência em estudos, pesquisas e formação de professores na área da surdez.

Destaca-se, ainda, na história da educação dos surdos no Brasil, a criação em 16 de maio de 1987 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), que trabalha na defesa dos direitos linguísticos e culturais da comunidade surda, propagando a Libras como meio natural de comunicação das pessoas surdas.



Saiba mais

A Feneis é uma entidade representativa dos surdos que mantém relações diretas com a ONU (Organização das Nações Unidas); Unesco (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas); OMS (Organização Mundial da Saúde); OIT (Organização Internacional do Trabalho) e OEA (Organização dos Estados Americanos). Dentre os objetivos da Feneis enumeramos dois: 1- promover a inclusão dos profissionais surdos no mercado de trabalho; 2- realizar pesquisas para a sistematização e padronização do ensino de Libras para ouvintes. Outras informações podem ser consultadas diretamente no site da federação <<http://www.feneis.com.br>>

A educação de surdos no Brasil abrange diferentes abordagens, nem sempre compatíveis, pois em geral oscilam na disputa sobre a forma de ensinar os alunos surdos e como eles devem aprender, se pela língua oral (tradição alemã, iniciada em 1754 por Samuel Heinicke) ou pela língua de sinais (tradição francesa, iniciada em 1760 por Charles-Michel de l'Épée).

A tendência oralista defende o aprendizado oral com o objetivo de aproximar ao máximo os surdos do modelo ouvinte, isto é, visa capacitar o surdo para utilizar a língua da comunidade por meio da leitura labial. Todavia, já se sabe que a leitura labial só é possível quando o interlocutor formula as palavras de frente para o surdo, com clareza e devagar, e ainda assim há muita controvérsia quanto ao aproveitamento do que se fala em relação ao que é possível compreender. Oralismo, segundo Sá (2006), é uma imposição aos surdos, uma vez que não se aceita a língua de sinais como a maneira própria deles se comunicarem, discriminando a cultura surda e ignorando a diferença entre surdos e ouvintes. O oralismo predominou a partir do Congresso de Milão em 1880, cujo Comitê, composto apenas por ouvintes, decidiu proibir o uso da língua gestual na educação de surdos.

Perlin e Strobel (2006, p. 9), tratando dos fundamentos da educação de surdos, registram que apesar de hoje os surdos começarem a ser vistos como cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade, “nós não podemos deixar de reconhecer que a história do povo surdo mostra que por muitos séculos de existência, a pedagogia, as políticas e muitos outros aspectos próprios do povo surdo têm sido organizados geralmente no ponto de vista dos sujeitos ouvintes [...]”.

Como resposta ao fracasso do oralismo puro na educação da maioria dos surdos, surgiu em meados de 1960 a proposta de conjugar a esse método a língua de sinais e demais recursos de comunicação, resultando no que chamamos de comunicação total ou bimodalismo. Todavia, o enfoque da comunicação total submete a língua natural das pessoas com surdez à língua oral, acarretando em prejuízos e desvantagens de ordem cognitiva, afetiva, linguística, sociocultural e política para os surdos (SÁ, 2006). Tanto o oralismo como a comunicação total assumem o modelo da integração, que significa inverter o papel da língua de sinais, colocando-a em segundo plano e concebendo suas práticas a partir do modelo ouvinte.

Na ótica da integração, cabe à pessoa surda adaptar-se ao mundo dos ouvintes, esforçando-se para dominar um código sonoro difícil de ser aprendido, especialmente quando a língua de sinais não é valorizada como sua língua natural.

Por sua vez, a proposta bilíngue de ensino considera a língua de sinais como a primeira língua e a língua oral como a segunda língua na modalidade escrita, visando capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social. Trata-se de um grande desafio, tendo em vista que a Língua Portuguesa é difícil de ser assimilada pelo aluno surdo, principalmente porque requer “mudanças estruturais e pedagógicas nas escolas para romper com as barreiras que se interpõem entre esse aluno e o ensino” (SEESP, 2007). A despeito disso, compreendemos, conforme pontua Quadros (in FERNANDES, 2010, p. 28), que “conhecer várias línguas não representa uma ameaça, mas abre um leque de manifestações linguísticas dependentes de diferentes contextos”.

A inclusão dos surdos na escola regular numa proposta bilíngue representa um desafio, na medida em que os professores e demais profissionais da educação desconhecem, em sua maioria, a Libras e uma metodologia de ensino que favoreça a diversidade.

Há diferentes abordagens de ensino na história da educação de surdos. Em geral, elas se distinguem pelo reconhecimento ou não de que a língua de sinais é a forma natural e mais adequada de comunicação para os surdos. Destacam-se: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. A busca por uma abordagem mais adequada para a educação de surdos ainda

é tema de amplo debate nacional, apesar dos diversos avanços no sentido de romper com as propostas educativas excludentes e seletivas para assumir uma perspectiva inclusiva, reconhecendo o direito pleno de cidadania das pessoas surdas.



Resumo

Nesta aula, vimos que na história humana, as pessoas com deficiência foram segregadas e até eliminadas. No entanto, a partir do século XVI, Ponce de Leon inicia a educação de crianças surdas e, em 1620, Bonet publica o primeiro livro com alfabeto manual para surdos. Em 1760, Charles-Michel de l'Épée cria o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris. Em 1948, foi elaborada Declaração Universal dos Direitos Humanos que é vista como a base dos direitos dos deficientes, mas só com a Declaração de Salamanca, em 1994, se delibera sobre as necessidades educativas especiais. Foi exposto que no Brasil alguns propõem escolas especiais para os surdos, mas a posição oficial vigente é a de que a escola comum não seja substituída pelo atendimento especializado. As experiências com o oralismo e a comunicação total colocaram a Libras em segundo plano, o que levou a educação inclusiva bilíngue. Vimos, contudo, que as abordagens para a educação de surdos ainda são tema de debate, apesar dos avanços com a perspectiva inclusiva.

Autoavaliação

1

Explore o site do Ines <<http://www.ines.gov.br>> e o site da Feneis www.feneis.com.br e, em seguida, registre o que você descobriu de importante em cada um.

2

Refleta e escreva um comentário sobre o papel da Libras nas salas de aula que possuem alunos surdos.

Referências

CAPOVILA, Fernando C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 6, p. 99- 116, 2000. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista6numero1pdf/r6_art06.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2011.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (Ines). Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, n.7, jan./dez., p. 29-44, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/1880/1564>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.Libras.ufsc.br/hiperlab/avaLibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/fundamentos/Fundamentos%20da%20Educa%20de%20Surdos_Texto-Base.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. O “B!” em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

Noções sobre a surdez

Aula

3



Apresentação

Dando continuidade aos temas já abordados nas aulas anteriores deste Caderno, introduzimos algumas noções básicas sobre a surdez. Discutiremos como a surdez implica numa realidade adversa para o surdo, pois vivemos numa sociedade em que as informações sonoras compõem grande parte dos produtos culturais materiais e simbólicos. Além disso, a vida é repleta de sons, como o trânsito, a música, o barulho de máquinas e motores, os sons da natureza, os quais orientam atitudes comuns do cotidiano. A ausência da audição é compensada pela maior sensibilidade às informações visuais, de modo que os surdos podem realizar todas as atividades da vida comum que não dependam exclusivamente da percepção sonora.

As condições biomédicas que podem caracterizar os problemas de audição têm grande diversidade nas suas causas: congênitas, patológicas ou traumáticas, cujos resultados físicos vão desde a deficiência auditiva até a surdez. Entretanto, são os seus efeitos socioculturais discriminatórios os maiores obstáculos para que as pessoas surdas tenham vidas ricas e produtivas em todas as áreas da atividade humana: ciências, artes, esportes, política, lazer etc.

Objetivos

- 1** Conhecer aspectos biomédicos da deficiência auditiva e da surdez.
- 2** Informar-se sobre dados da população surda no Brasil e no mundo.
- 3** Compreender a relação entre deficiência e funcionalidade.





Grau

Audição normal

Deficiência auditiva leve

Deficiência auditiva moderada

Deficiência auditiva grave

Deficiência auditiva muito grave

Compreendendo a surdez

Todos têm uma noção aparentemente clara do que seja a surdez, considerada de forma equivocada como sinônimo de deficiência auditiva. De fato, mesmo nos conceitos ligados ao modelo puramente médico, algumas vezes a denominação de surdez ainda é utilizada para qualquer grau de perda auditiva. Entretanto, em geral, para os indivíduos com perda leve, moderada ou grave, aplica-se o termo deficiência auditiva, ou hipoacusia, definida como dificuldade em ouvir, mas permitindo um grau mínimo de audição e de comunicação oral. Atualmente, o termo surdez, ou anacusia, é empregado somente para os indivíduos com perda auditiva muito grave, para os quais não há benefício por meios de amplificação sonora (PIATTO; MANIGLIA, 2001).

A denominação de surdo é o que tem significado médico correto, ao invés de surdo-mudo, pois a perda da audição refere-se exclusivamente às deficiências do ouvido e não às cordas vocais (pregas vocais, na terminologia científica), que mantêm a sua funcionalidade. Como se sabe, os surdos podem falar, mesmo que não ouçam o som da própria voz, o que é imprescindível para a automodulação das características vocais (tom, timbre, quantidade e intensidade). Como já dissemos, a oralização foi durante muito tempo a abordagem predominante na educação dos surdos, porém muito criticada por atender às necessidades de compreensão dos ouvintes e não às condições reais de comunicação dos surdos que, evidentemente, têm dificuldades para uma plena vocalização e cuja pronúncia se constitui alvo de discriminação social.

Fisicamente, a recepção sonora pode ocorrer por condução aérea (vibração do tímpano provocada pela diferença de pressão do ar do ouvido externo e ouvido médio) ou por condução óssea (a vibração dos ossos do crânio sensibilizando as células receptoras no ouvido interno). Para tratar das deficiências na audição, os aparelhos auditivos que amplificam as ondas sonoras de condução aérea são superiores na discriminação dos sons, porém, aqueles de condução óssea podem ser usados por indivíduos que não tenham o canal auditivo ou nos casos mais graves de deficiência auditiva condutiva. Ainda que a tecnologia dos aparelhos auditivos esteja bem desenvolvida, assim como procedimentos cirúrgicos e protéticos, nos casos tratáveis de deficiência auditiva grave ou muito grave, a audição dos sons da fala humana não é completamente recuperada.

Aos indivíduos com perda auditiva leve, moderada ou grave, definida como dificuldade em ouvir, aplica-se o termo de deficiência auditiva, enquanto o termo surdez é empregado para os indivíduos com perda auditiva muito grave.

De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a deficiência auditiva é considerada como a diferença audiométrica (medida em decibéis) entre o desempenho do indivíduo e a habilidade normal de detecção sonora, conforme tabela abaixo. Em geral, considera-se como audição normal a capacidade de detectar sons no limiar de 0-25 dB.

Tabela 1 – Síntese da classificação da deficiência auditiva segundo a Organização Mundial de Saúde

Grau de audição	Nível no audiômetro	Teste de voz
Audição normal	25 dB ou menos	Capaz de ouvir sussuros (a 1m ou menos)
Deficiência leve	26 – 40 dB	Capaz de ouvir e repetir palavras em voz de conversa (a 1m)
Deficiência moderada	41 – 60 dB	Capaz de ouvir e repetir palavras em voz alta (a 1m)
Deficiência severa	61 – 80 dB	Capaz de ouvir algumas palavras gritadas no ouvido
Deficiência profunda (surdez)	81 dB ou mais	Incapaz de ouvir e compreender mesmo gritos no ouvido

Nota: Considera-se a média do limiar por via aérea nas frequências de 500, 1.000 e 2.000 Hertz (Hz).

* Até 20 decibéis (dB) também pode ser considerado como normal.

Fonte: World Health Organization, 2006, p. 96).

Importante: Essa é a classificação adotada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) desde 1991. No Brasil, é comumente utilizada a classificação de Davis e Silverman, proposta em 1966, que coloca a deficiência severa a partir de 70 dB e a deficiência profunda a partir de 90 dB (Teste do Audiômetro). Também há outras classificações que consideram a deficiência auditiva profunda a partir de 70 dB (Vieira; Macedo; Gonçalves, 2007). No sentido mais amplo, de acordo com o Decreto 5296/2004, que trata da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, considera-se deficiência auditiva a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.” Todavia, o diagnóstico sobre o grau de deficiência auditiva de uma pessoa, incluindo a surdez, só pode ser feito por um profissional habilitado, médico ou especialista.

Como informação complementar, organizamos no quadro a seguir os principais tipos de deficiência auditiva e suas respectivas causas.

	Deficiência auditiva condutiva	Deficiência auditiva neurossensorial
Descrição	Quando há prejuízo na transmissão do som entre o conduto auditivo do ouvido externo, o ouvido médio (tímpano, bigorna e estribo) e o ouvido interno (cóclea e nervo auditivo). Em geral, esse tipo de deficiência tem tratamento clínico e cirúrgico.	Quando, do ouvido interno até o cérebro, há ausência de recepção ou decodificação sonora por causa de lesão ou disfunção nas células receptoras da cóclea ou do nervo auditivo. Esse tipo de deficiência é irrecuperável.
Causas prováveis	<ul style="list-style-type: none"> – cerume ou corpos estranhos do conduto auditivo externo; – otite externa: infecção bacteriana da pele do conduto auditivo externo; – otite média: processo infeccioso e/ou inflamatório da orelha média; – redução ou ausência do conduto auditivo externo (geralmente uma má-formação congênita); – inflamação da membrana timpânica ou infecções das vias respiratórias superiores; – perfurações da membrana timpânica; – obstrução da tuba auditiva; – fissuras palatinas; – otosclerose. 	<p>Causas pré-natais</p> <ul style="list-style-type: none"> – de origem hereditária – surdez herdada monogênica, que pode ser uma surdez isolada da orelha interna por mecanismo recessivo ou dominante ou uma síndrome com surdez; e surdez associada a aberrações cromossômicas; – de origem não hereditária (causas exógenas): infecções maternas por rubéola, citomegalovírus, sífilis, herpes, toxoplasmose; drogas ototóxicas e outras, alcoolismo materno, irradiações (por exemplo, raios X); diabetes e outras doenças maternas graves. <p>Causas perinatais</p> <ul style="list-style-type: none"> – prematuridade ou baixo peso ao nascimento; – trauma de parto; – doença hemolítica do recém-nascido (icterícia grave); <p>Causas pós-natais</p> <ul style="list-style-type: none"> – infecções – meningite, encefalite, parotidite epidêmica (caxumba), sarampo; – agentes químicos tóxicos: monóxido de carbono, mercúrio, tabaco, ouro, arsênico, álcool; – drogas ototóxicas: antibióticos, diuréticos, medicamentos antimalária; – perda auditiva induzida por ruído excessivo; – traumas físicos que afetam o osso temporal.

Quadro 1– Deficiências auditivas: descrição e causas prováveis

Observação: Além dos tipos de deficiência auditiva condutiva e neurossensorial, há o tipo de deficiência auditiva mista, combinando as características de ambos os tipos.

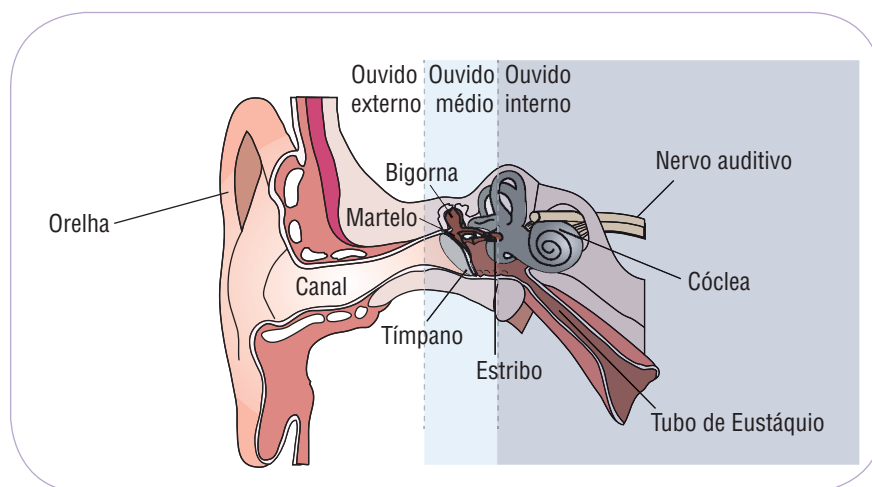


Figura 1 – Fisiologia do ouvido

Curiosidade

O surdo pode “ouvir” música? Sim, pela vibração direta (ressonância) de instrumentos musicais, nos casos em que as células receptoras do ouvido interno possam ser estimuladas pela condução óssea de ondas sonoras.

Você deve ter ouvido falar que Beethoven, um dos músicos mais famosos da humanidade, compôs a 9ª Sinfonia quando já estava surdo. Segurando uma vareta entre os dentes e encostando a outra extremidade no piano ou no violino ele pôde ainda continuar “ouvindo” música.

Qual a população de surdos no mundo e no Brasil? Os números são controversos, pois os órgãos de governos e as várias instituições locais e internacionais (médicas, técnicas ou associativas) utilizam-se de diferentes metodologias de levantamentos e estimativas sobre as pessoas surdas. Também algumas estatísticas sobre a surdez são imprecisas e por isso discutíveis, pois incluem todos os tipos de deficiências auditivas, enquanto outras são somente estimativas.

- A Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que no ano 2000 o número de deficientes auditivos na população mundial seria de 57 milhões de pessoas.
- Aproximadamente 0,1% da população infantil no mundo nasce com deficiência auditiva severa e profunda.
- Mais de 4% do grupo de crianças consideradas de alto risco são diagnosticadas como portadoras de deficiência auditiva.
- Aproximadamente 90% das crianças americanas portadoras de deficiência auditiva de graus grave e muito grave são filhos de pais ouvintes (Northern e Downs, 1991).
- Nos Estados Unidos, pesquisas indicam que a prevalência de deficiências auditivas neurossensoriais é de 0,6% dos nascidos.
- De acordo com a OMS (1994), estimava-se que 1,5% da população brasileira – 2,86 milhões em 2010 – seriam portadores de deficiência auditiva.
- Segundo o IBGE, em 2000, o número de surdos no Brasil era de 166 mil, sendo 80 mil mulheres e 86 mil homens. No mesmo levantamento, cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir.
- Segundo o INES, no Brasil, a idade média de diagnóstico da perda auditiva neurossensorial de severa a profunda é muito tardia, em torno de 4 anos de idade.



Atividade

Responda as seguintes questões.

- 1 Qual a diferença entre os seguintes termos: deficiência auditiva e surdez?
- 2 Pesquise sobre os números da população de surdos. A que razões você atribui as diferenças sobre os números de surdos no mundo e no Brasil?

A relação entre deficiência e funcionalidade

As definições de “deficiência” são constantemente objeto de estudos científicos e debates sociais, entretanto essas definições não são apenas a convenção de termos linguísticos ou biomédicos, mas também são usadas geralmente como denominações culturais, implícitas e explícitas, carregadas de significados discriminatórios que variam de uma sociedade a outra. No caso dos conceitos de deficiência, que inclui o de deficiência auditiva e surdez, os problemas de compreensão e entendimento são reforçados pelo intenso debate contemporâneo baseado na luta pelos direitos humanos, que estimulam a discussão acerca de uma linguagem não discriminatória que oriente ações de governos e a reflexão social. Inegavelmente, apesar de muitas leis para a definição e proteção de direitos, há uma relação profunda entre deficiência e exclusão social. Como consequência, os surdos enfrentam: falta de oportunidades iguais para o desenvolvimento humano; restrição aos recursos culturais e econômicos; e, reduzida participação nas decisões de direitos políticos e civis.



Saiba mais

Os conceitos de deficiência, incluindo a surdez, estão presentes no debate contemporâneo sobre os direitos humanos, pois há uma relação profunda entre deficiência e exclusão social.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), integrada por 191 países, é a instituição de referência internacional para as convenções de termos e orientação para políticas e estudos científicos sobre a saúde, e ela constantemente vem buscando definições mais claras e de aceitação geral. Nesse sentido, devido à associação entre deficiência e incapacidade que é discriminatória e causadora de sérios prejuízos sociais e psicológicos, a OMS promoveu uma mudança de paradigma, abandonando os modelos tradicionais de referência médica sobre a doença, e concentrou-se na qualificação da saúde. Com essa preocupação em definir as condições de saúde, a OMS aprova em 2001 a Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que descaracteriza a deficiência como doença.

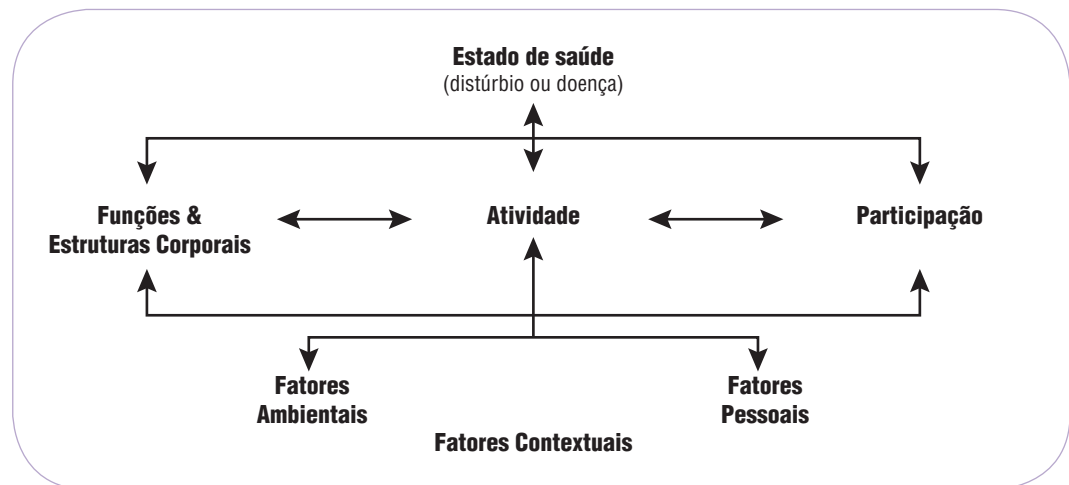


Figura 2 –Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)

Fonte: World Health Organization(2002).

A CIF (OMS, 2001) relaciona funcionalidade e incapacidade através de três conceitos interativos:

- as funções e estruturas do corpo das pessoas e o seu estado de saúde;
- as atividades e as tarefas que a pessoa exerce nas diferentes áreas da sua vida (atividades e participação);
- os fatores contextuais (ambientais e pessoais) que influenciam essas experiências (fatores contextuais).

A funcionalidade e a incapacidade não são mais vistas como atributos pessoais, mas como um conjunto complexo relacionado à interação, positiva ou negativa, entre as condições próprias da pessoa, a sua participação como indivíduo e o seu meio social. Assim, a incapacidade não é o resultado específico de um grupo minoritário, mas sim uma experiência humana universal, para a superação da qual toda a sociedade deve contribuir. Nessa concepção integrada, a alteração ou não na estrutura ou função do corpo da pessoa não tem uma relação causal para o desempenho de suas capacidades. É a interação entre a pessoa, suas atividades e os fatores contextuais, como a existência ou não de barreiras materiais e culturais, que vai determinar de forma dinâmica as condições para uma boa qualidade de vida. O uso do termo deficiência corresponde, assim, apenas às alterações do corpo, enquanto o termo incapacidade é mais abrangente, indicando aspectos negativos da interação entre o indivíduo e seu contexto. Nessa perspectiva multidimensional e dinâmica:

Um indivíduo pode apresentar uma deficiência (no nível do corpo) e não necessariamente viver qualquer tipo de incapacidade. De modo oposto, uma pessoa pode viver a incapacidade sem ter nenhuma deficiência, apenas em razão de estigma ou preconceito (barreira de atitude) (DI NUBILA; BUCHALLA, 2008, p. 330).

Em resumo, se a surdez não é uma doença, sendo considerada apenas como uma forma muito grave de deficiência auditiva, essa condição intrínseca não caracteriza por si mesma a incapacidade do indivíduo para a participação em qualquer atividade. A efetiva capacidade de participação de uma pessoa está mais propriamente relacionada à sua interação com fatores culturais, o que para as pessoas surdas está associada à existência ou não de barreiras de comunicação e participação social.

No caso brasileiro, apenas nas últimas décadas as pessoas surdas têm recebido a devida atenção legal, cultural e educativa, para a superação do preconceito e para a ampliação do seu reconhecimento e participação social. As lutas das organizações de surdos, a atenção dos órgãos governamentais, os estudos multidisciplinares sobre a surdez, as experiências com educação de surdos, a atuação de interessados e de familiares de pessoas surdas têm contribuído para o desenvolvimento e a propagação da Língua Brasileira de Sinais. Logo, o ensino da Libras, como a modalidade linguística mais adaptada às condições físicas da surdez, tornou-se fator fundamental para que se reconheça e estimule o desenvolvimento pleno das capacidades dos surdos, na escola e fora dela. Este, no seu sentido humano mais profundo, é o papel da educação: a ampliação contínua da aprendizagem do homem sobre si mesmo, em busca da satisfação pessoal e do desenvolvimento social mais justo.



Leituras complementares

RAMOS, Cléa Regina. **Libras**: a língua de sinais dos surdos brasileiros. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

Nesse breve texto, a autora, que já foi ex-diretora da Revista da FENEIS, explora de maneira fundamentada as raízes históricas das línguas de sinais no mundo e no Brasil, destacando sua importância como língua natural das comunidades surdas.

CHARLES LIBRAS: blog. **História da educação de surdos no Brasil e no mundo**. 10 abr. 2010. Disponível em: <<http://charles-libras.blogspot.com/2010/04/historia-da-educacao-de-surdos-no.html>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

Charles Anderson é tradutor intérprete de Libras certificado pelo MEC e palestrante. Em seu blog, ele apresenta uma cronologia da educação de surdos no Brasil e no mundo.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS –FENEIS. Disponível em: <<http://www.feneis.com.br/page/>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

A FENEIS mantém um site bastante variado com acesso à legislação, material sobre Libras, sala de bate-papo, conteúdo das suas revistas e outras informações importantes.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

O site do INES, que hoje é um órgão do Ministério da Educação, traz importantes informações e *links* sobre a educação de surdos, como cursos a distância, livros digitalizados sobre surdez, mundo do surdo e prevenção, entre outros assuntos.



Resumo

Nesta aula, vimos que os problemas de audição têm várias causas biomédicas, mas são os seus efeitos discriminatórios os maiores obstáculos para as pessoas surdas. Conhecemos que a denominação correta é surdo, ao invés de surdo-mudo, pois a surdez refere-se às deficiências do ouvido e não às cordas vocais, que mantêm a funcionalidade. Através de dados expostos na aula, foram apresentadas controvérsias sobre o número de surdos no mundo e no Brasil, porque os governos e instituições utilizam-se de diferentes metodologias de levantamentos e estimativas. Mostramos também que desde 2001, a Organização Mundial da Saúde adota a Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, a partir da qual a funcionalidade e a incapacidade são um conjunto complexo relacionado à interação entre as condições da pessoa, a sua participação individual e o seu meio social. Por fim, relacionamos diversos órgãos governamentais e outras organizações com experiência na educação de surdos que têm contribuído para que a difusão da Libras, vista como fundamental para o desenvolvimento pleno das capacidades dos surdos, na escola e fora dela.

Autoavaliação

Pesquise na internet sobre como as pessoas surdas, no mundo e no Brasil, têm superado preconceitos sociais e barreiras profissionais.

Assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) para as sentenças abaixo:

- () **1)** As estatísticas sobre surdos são controversas: as estimativas para deficientes auditivos em geral eram, em 2000, eram de 57 milhões no mundo (OMS) e de 900 mil no Brasil (IBGE).
- () **2)** O termo surdez, ou anacusia, geralmente é empregado para os indivíduos com qualquer nível de perda auditiva.

- () **3)** A funcionalidade e a capacidade de uma pessoa têm uma relação dinâmica com as atividades que ela desempenha e com os fatores contextuais, o que para as pessoas surdas estão associadas à existência ou não de barreiras de comunicação.
- () **4)** As organizações de surdos, os órgãos governamentais e as experiências com educação de surdos têm contribuído para a propagação da Língua Brasileira de Sinais.
- () **5)** As definições de deficiência, incluindo a surdez, são apenas convenções biomédicas, e não têm sido usadas como denominações culturais com significados discriminatórios.
- () **6)** O ensino da Libras é a modalidade linguística mais adaptada às condições físicas da surdez.

Exercite os seguintes sinais, pelo menos três vezes, cada um:



SURDO



OUVINTE



LIBRAS



PORTUGUÊS

Referências

DI NUBILA, Heloisa Brunow V.; BUCHALLA, Cássia Maria. O papel das Classificações da OMS – CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. 2, p. 324-335, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA – IBGE. **Informe sobre o censo de 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>. Acesso em: 17 fev. 2011.

PIATTO, Vânia B.; MANIGLIA, José V. Avaliação da audição em crianças de 3 a 6 anos em creches e pré-escolas municipais. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 2, 2001.

SEESP. **Atendimento educacional especializado: deficiência auditiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

VIEIRA, Andreza Batista Cheloni; MACEDO, Luciana Resende de; GONÇALVES, Denise Utsch. O diagnóstico da perda auditiva na infância. **Pediatria**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 43-49, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health**. Genebra: ICF, 2002.

_____. **Primary ear and hearing care training resource: trainer's manual**. Genebra: WHO, 2006.

Anexo

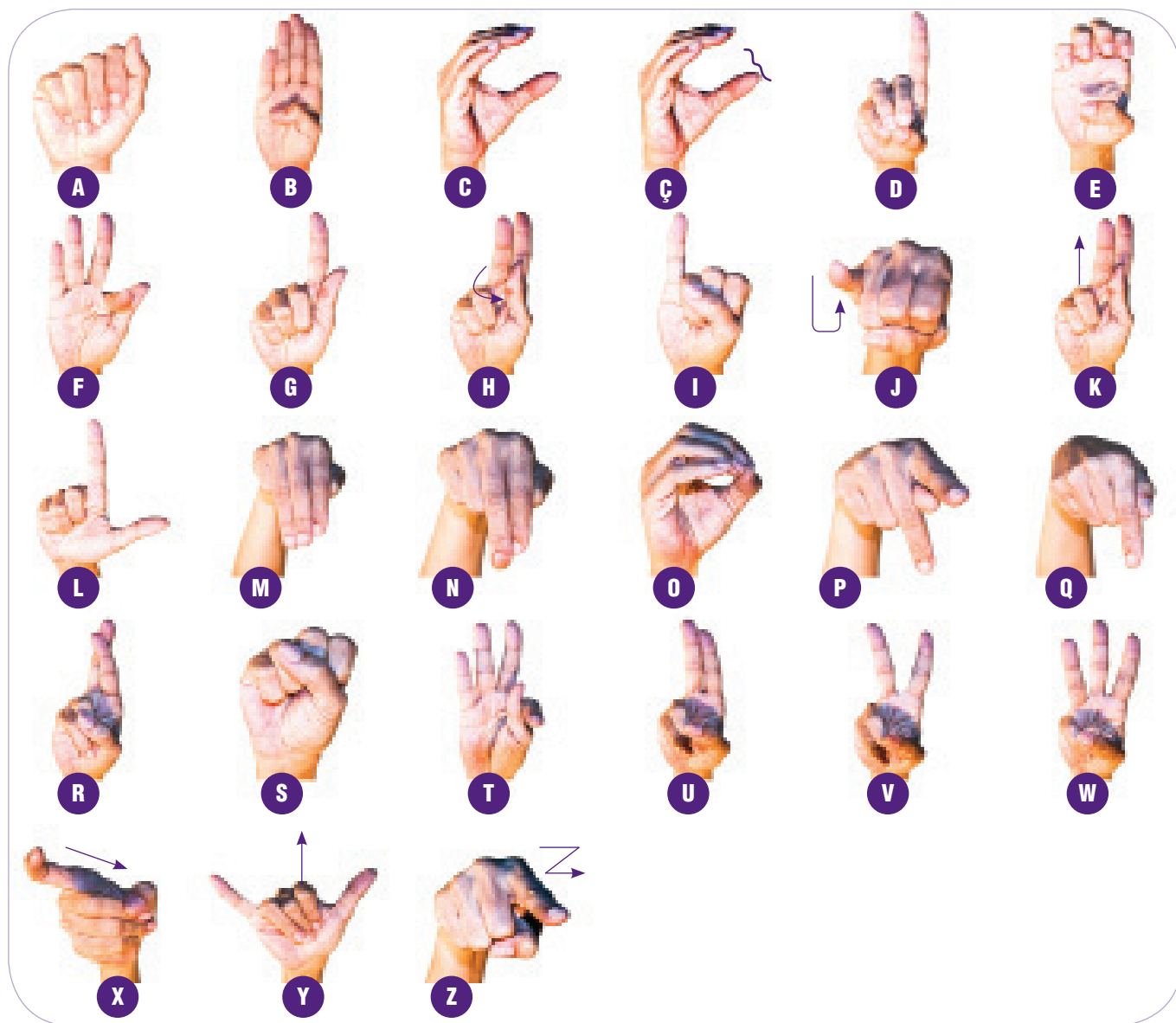


Figura 1 –Alfabeto Manual



Ministério
da Saúde

